

18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: Religião, conflitos e questão de secularização

**A imprensa, os conflitos e os desafios da laicidade brasileira entre as
décadas de 1920 e 1930.**

Fabício Roberto Costa Oliveira (UFV)
Maiara Oliveira Zanuti (UFV)

Introdução

A grande presença das instituições religiosas nos meios de comunicação, as manifestações de intolerância e as dimensões públicas da religião desafiam as ciências sociais a trazerem reflexões sobre as implicações destes fenômenos para a vida social. No Brasil contemporâneo os meios de comunicação são disputados por grandes instituições religiosas, há enorme presença de agentes religiosos que resistem à laicidade e cenas de intolerância emergem na vida cotidiana.

Estas questões, conforme trataremos neste trabalho, não são fenômenos novos. Da Proclamação da República (1889) à década de 1930, a Igreja Católica investiu grande parte de seu poderio religioso e político no propósito de combater o avanço da laicidade do Estado, conter o avanço dos “inimigos da fé católica” (protestantes, maçons e espíritas) e fortalecer a representação do Brasil como “país católico”. Naquele contexto, a intolerância e as disputas dos meios de comunicação, também, eram muito presentes.

Nosso objetivo é analisar as diferentes formas de conflitos religiosos e políticos, sobretudo naquilo que se refere à laicidade, intolerância e violência. Nossa unidade de análise serão processos sociais que ocorreram nas cidades de Manhumirim-Mg¹ e Alto Jequitibá-Mg², entre as décadas de 1920 e 1930.

Alto Jequitibá abrigou migrantes que fundaram a primeira Igreja Presbiteriana de Minas Gerais les se estabeleceram na região, na década de 1860, de reconhecida importância na produção cafeeira e por lá consolidaram a presença por meio de igrejas e escolas (Gripp³ *et al.*, 1991: 56).

Nesta mesma região havia a presença de agentes católicos, mas as tensões entre católicos e protestantes só se tornariam mais efetivas na década de 1920, com a chegada do Padre Júlio Maria de Lombaerde (1878-1944) e a fundação da Congregação dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, primeiro instituto católico masculino fundado no Brasil.

¹ Conforme Censo 2010, Manhumirim possui população composta por 21.382 habitantes, sendo 14.454 declarados católicos, 5.235 evangélicos e 166 espíritas. Segundo um historiador da cidade, Demerval Botelho, (1987), a vila de Bom Jesus de Pirapetinga, primórdios desse município, surgiu, por volta de 1810, às margens da antiga estrada real que ligava Vila Rica de Minas Gerais ao Espírito Santo. Oitenta anos depois, com a chegada dos imigrantes alemães e suíços, aquela localidade ganhou novo nome e conheceu um relativo desenvolvimento.

² Alto Jequitibá é uma pequena cidade de 8.318 habitantes, sendo 4.099 católicos, 3.409 evangélicos e 185 espíritas, segundo o Censo de 2010. O povoado que deu origem à cidade foi fundado no final do século XIX por imigrantes alemães e suíços (cf. Gripp *et al.*, 1991).

³ Roberto Gripp apresenta a história local, sob a perspectiva Presbiteriana, constituindo-se como importante fonte para este trabalho.

Estes dois grupos de agentes religiosos se embrenharam numa explícita disputa por fiéis, poder político e legitimidade. Elucidar como tais questões se deram naquele contexto, contribuem para se pensar o papel da imprensa, a imbricação de interesses políticos e religiosos e como a intolerância religiosa pode ter como desdobramentos a violência.

Inicialmente será apresentada uma breve análise da inserção protestante e católica nos municípios de Alto Jequitibá e Manhumirim. Na segunda parte do artigo será apresentada uma breve análise dos propósitos da Igreja Católica entre fins do século XIX até 1930. Em segundo momento, mostrar-se-á como se deram os conflitos entre católicos e presbiterianos, e a forma como se revelaram na imprensa local. Na terceira parte, o foco será nas manifestações de intolerância e violência. Por fim, serão explicitadas as considerações finais do trabalho.

Da inserção protestante e católica em Alto Jequitibá e Manhumirim

Segundo Silva (2011), na segunda metade do século XIX, o Brasil se apresentava como favorável à tentativa de inserção dos protestantes. Assim como consta, o primeiro missionário a chegar às terras brasileiras foi Ashbel Green Saimonton, vindo dos Estados Unidos. O missionário chega ao Brasil na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1859 (apud: 312)⁴. O principal meio pelo qual se dava suas atividades era a educação. Assim como dito por Silva (2011), a educação era vista como um dos principais meios de implantar o protestantismo no Brasil. Estimulavam a aprendizagem dos brasileiros e “como atrativo, estas instituições utilizavam de diferentes metodologias de ensino, formando assim um novo espaço de aprendizado e cultura, além de difundir o estilo de vida norteamericano” (apud: 312).

As missões protestantes realizadas, principalmente no que se refere às dos presbiterianos, se delimitaram às grandes cidades brasileiras, porém após um tempo, passam a ter maior êxito em áreas rurais, especialmente nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. A vinda dos imigrantes protestantes para o Estado de Minas Gerais tem como uma de suas motivações a crescente produção cafeeira e a exportação, este fator fez com que missionários presbiterianos mantivessem foco nesta região (apud: 313).

⁴ Segundo Gripp et al (1991: 56), “esta data passou a ser considerada a data de estabelecimento do Presbiterianismo no Brasil”.

No que se refere à presença protestante na região de Manhumirim e Alto Jequitibá, esta se dá a partir de 1868, com a vinda da família Eller:

Em 1868 se estabelece a primeira família de protestantes no fertilíssimo Alto Jequitibá – era Guilherme Eller, seu filho Pedro e familiares, imigrantes alemães, luteranos. Foi a segunda família a se estabelecer aqui nesta região. Precederam – lhes os irmãos Sanglard – Eugênio e Leon Antonio Sanglard, de origem suíça e católica, que se estabeleceram no córrego da Jacutinga e com eles vieram quatro escravos. (GRIPP et al., 1991: 56)

Neste período, após a chegada da família Eller, percebe-se um grande esfriamento da fé dos imigrantes protestantes. Segundo Gripp et al. (1991), tinha-se um crescimento no povoado rural, porém grande parte dos membros das congregações estavam distanciando-se da Igreja, “se esquecendo de cultivar a fé, de buscar ao verdadeiro Deus, de transmitir aos filhos os ensinamentos religiosos aprendidos com seus pais”.

Desta maneira, viu-se necessária a presença de um pastor, para que estivesse, além dos outros protestantes que já atuavam na localidade, como um porta voz e responsável por cultivar a religiosidade daquele povo. Chega a Alto Jequitibá, no ano de 1896, o Pastor Salomão Luis Ginsburg. Ficando algum tempo nas terras de Jequitibá, retornou as suas terras, sendo este um pastor batista, não contemplou aos requisitos dos protestantes luteranos.

No ano de 1897 chega a Alto Jequitibá o Rev. Dr. John Merry Kyle, que residia em Nova Friburgo. Após sua chegada, juntamente com Henrique Eller⁵, surgiu a concepção de que seria necessária a criação de um templo evangélico. Este foi inaugurado no dia 15 de outubro de 1897. Porém, não podendo residir na localidade o Dr. Kyle dava assistência ao povo à distância. Daí foi se consolidando a ideia de que seria necessário um pastor que viesse a conduzir aquele povo. Chegou a Alto Jequitibá, no ano de 1901, o Rev. Matthathias Gomes dos Santos. Segundo Gripp et al. (1991: 75), no domingo seguinte à sua chegada, o Pastor traz a deliberação do Presbitério em tornar a Congregação em Igreja. Inaugura-se assim, no dia 09 de março de 1902, a Primeira Igreja Presbiteriana de Alto Jequitibá, sendo esta a primeira de Minas Gerais.

Depois deste processo inicial, é fortemente marcada a presença do Reverendo Aníbal Nora, que assume a Igreja Presbiteriana na localidade no ano de 1908. Este que “tinha como principal objetivo conduzir a Igreja Presbiteriana daquela localidade” (Emerick,

⁵ Henrique Eller, filho de Guilherme Eller, teve um grande destaque em meio às missões presbiterianas na região. Assim é relatado por Gripp et al. (1991: 61) : “Durante algum tempo, Henrique Eller atua sozinho com a voz de alerta procurando manter a fé de seus familiares e patrícios”.

2009: 52). No ano de 1923 é criado o colégio “Ginásio Evangélico de Alto Jequitibá”, pelo Reverendo Aníbal Nora e sua esposa Constância Nora. O Ginásio contribuiu para uma maior disseminação do protestantismo na cidade e na região, assim como em Manhumirim.

Reverendo Aníbal Nora é convidado a se transferir para a Igreja de Florianópolis, permanecendo em Alto Jequitibá até o ano de 1927. Desta maneira, teve como sucessor, por dois anos, o Reverendo Júlio, que chega à cidade no ano de 1928 ficando até 1929. Mediante a necessidade da eleição de um novo pastor, convocou-se uma Assembleia Geral Extraordinária, onde pela maioria dos votos foi eleito como novo condutor da Igreja Presbiteriana de Alto Jequitibá, Reverendo Cícero Siqueira. O Reverendo chega à cidade no dia 09 de agosto de 1929, onde exerceu o seu pastorado até o ano de 1963. Juntamente com sua esposa, Cecília Rodrigues Siqueira, o Pastor contribuiu para a expansão da educação na região, assim como sua solidificação.

No que tange a organização da Igreja Católica na região de Manhumirim e Alto Jequitibá, esta se dá a partir do auxílio prestado pela Paróquia de São Lourenço de Manhuaçu, da qual estava sob sua freguesia. O primeiro sacerdote a dar assistência a Pirapetinga foi Pe. Lucas, a partir do ano de 1898. Celebrando Missas e administrando os sacramentos. Porém, segundo Botelho (1987: 146-147), mesmo que não haja nada no arquivo paroquial de Manhumirim, acredita-se que Padres de Manhuaçu já realizavam estas tarefas.

Já no ano de 1904, vendo o progresso da Vila de Pirapetinga, Dom Silvério vê a necessidade da presença de um sacerdote mais constante. Sendo assim, envia o Padre José Affonso Painhas. O sacerdote permanece em Pirapetinga até o ano de 1906, onde “Pe. Lucas reassume a freguesia, mas rareia as suas visitas” (idem, p.153). No ano de 1907 chega como co adjuntor o Pe. Alypio Gonzaga de Barros, que permanece até o fim do mesmo ano. No entanto, chega em Pirapetinga em 1910, o Padre Salvador Cetrangolo. Após sua chegada o sacerdote sente a necessidade da transformação da Vila em Curato, pois via o crescimento da população e progresso local.

Aos poucos, vai sentindo que a vila poderia e deveria ser, pelo menos, sede de Curato. A população estava crescendo e o progresso se fazia sentir por toda parte, devido à cultura do café. De dia para dia, chegava uma família nova. Era o momento histórico, principalmente, da imigração libanesa. Eram comerciantes e

compradores de café. A entrada destes e de outros comerciantes deu muita vida ao Bom Jesus (BOTELHO, 1987: 154⁶).

Após a resolução a respeito da posse do terreno, que precisava ser documentado para que desse andamento na transferência de vila a curato, é cedido gratuitamente, o título à Igreja paroquial do Bom Jesus do Pirapetinga, tendo o patrimônio da povoação o mesmo nome, no dia 13 de julho de 1911. Já se obtendo de infra-estrutura para a promoção, cria-se aos 05 de junho de 1912 o Curato do Senhor Bom Jesus do Pirapetinga. Tendo nomeado como cura o Padre Salvador Centrangolo, na mesma data. Chegam ao curato, novos missionários que buscavam contribuir com a evangelização naquela localidade: o Padre Alberto Thoor e o Padre Antônio Trompert, permanecendo até 20 de maio de 1913.

Neste mesmo período, vendo as “necessidades espirituais dos fieis do Leste de Minas” (idem. p.161), o Papa Bento XV a partir da Bula, cria no dia 10 de dezembro de 1915 a Diocese de Caratinga. A princípio, a diocese fica sob a responsabilidade do Cônego Aristides Marques da Rocha. Ele permaneceu por um tempo na região, buscando fundos para a construção do Palácio Episcopal, da Cúria e da Catedral. E no ano de 1920, no dia 06 de março Caratinga recebe seu primeiro Bispo, Dom Carloto da Silva Távora, que permaneceu no bispado até 1933⁷.

Após a criação da Diocese de Caratinga, o Curato do Senhor Bom Jesus do Pirapetinga passa a ser pertencente da mesma. Estando este sob a responsabilidade do Padre Centragolo, que contribuiu com a fundação de mais capelas na região. Permanecendo até o ano de 1922 no curato. Sucedendo a ele, o curato contou com a presença do Padre Balthazar (1922 - permaneceu por um mês no curato) e o Padre João Gugliotta (1922 – permaneceu pouco mais de um mês no curato), Padre Manoel da Silva Porto (1922 – 1924). Estando na ausência de sacerdotes, o Padre José de Maria González assumiu a responsabilidade sob o curato até a chegada do Padre Frederico de La Barrera.

Em 1924, quando Manhumirim já era cidade e já havia organizado o Município⁸, chega como novo cura o Padre Frederico de La Barrera. O sacerdote de origem espanhola chega no dia 24 de setembro. Após sua chegada já começa a perceber as necessidades locais, tendo como primeira delas a reforma da Igreja Antiga. Padre Frederico permanece

⁶O padre Demerval Alves Botelho é historiador e integrante da Congregação dos Missionários Sacramentinos. Sua narrativa revela um “olhar” católico dos conflitos e, não obstante é uma importante fonte documental para uma boa contextualização do período.

⁷ Para mais informações: <http://www.diocesecaratinga.org.br/historia-da-diocese>. Acesso em: 07/03/2017.

⁸ “O município de Manhumirim é instalado e empossada a primeira Câmara, no dia 16 de março de 1924. Tendo como presidente da Câmara o Dr. Alfredo Lima” (BOTELHO, 1987, p. 15-16).

em Manhumirim até o ano de 1928, sendo sucedido pelo Padre Júlio Maria de Lombaerde. Tal sucessão se deu pelo fato de que, mesmo sendo um sacerdote empenhado, não conseguia lidar com as diversas situações ocorrentes a respeito das outras religiões presentes na região, devido ao seu temperamento pacífico.

O Pe. La Barrera era muito distinto no trato com as pessoas. Era um cavalheiro. É o testemunho dos que o conheceram e com ele trataram. De outro lado, não tinha coragem e jeito de advertir o povo sobre os abusos e a mistura religiosa que reinavam na freguesia (BOTELHO, 1987: 165).

Sendo assim, em 24 de maio de 1928, chega à cidade de Manhumirim Padre Júlio Maria de Lombaerde. O sacerdote, de origem Belga, a convite de Dom Carloto, faz na região de Minas Gerais seu novo campo de missão, após percorrer desde diversos lugares desde 1912 pelo Norte do País. Após quinze dias de sua estadia na cidade, Padre Júlio Maria toma posse do curato, no dia 8 de Abril de 1928. Após sua chegada inicia-se todo um processo de mudança na Igreja Católica local, e nas regiões mais próximas. Muito disso se deveu a atuação do Padre Júlio Maria, que procurava se impor como agente da Igreja Católica, no contexto em que se pensava o catolicismo como “religião nacional”.

Igreja Católica no Brasil em contexto de “recristianização”

A Proclamação da República, em 1889, tinha como uma de suas questões prementes a dissociação entre o Estado e a Igreja Católica. A partir de então, pelo menos formalmente, o Estado não possuía religião oficial. Desta maneira, outras religiões já existentes no Brasil, como o protestantismo, passaram a ter autorização para expressarem a fé publicamente. Assim dizem os artigos 2º e 3º do decreto nº 119-a, de 7 de Janeiro de 1890:

a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto [...] A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actos individuaes, sinão tabem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.

Segundo Emerick (2009: 22), mediante este acontecimento, a Igreja Católica iniciou um processo de atuação no país com o desígnio de se recolocar institucionalmente. Desse modo, a partir do ano de 1922 assumiu novos ideais, estando, dentre eles, o que ficou

conhecido na literatura como “recristianização”: uma postura que se desdobrava em missões e posturas políticas consistentes com o propósito de demonstrar insatisfações contra a laicidade do Estado e se engajando no embate aos agentes políticos que se consideravam adversários da Instituição, constituindo assim uma nova característica da Igreja Católica, a militância. Esta se constituía como característica importante na formação e no engajamento de todo o clero em defesa da fé católica.

A relação entre a Igreja Católica e o Estado pós Proclamação da República se demonstrava de forma instável e tensa, na medida em que o fim do padroado e a perda do “status” da religião oficial deixou marcas na tradição católica e na política do nosso país (Emerick, 2009: 30). Entre os anos de 1889 e 1922, a Igreja Católica assumiu o propósito de recuperar seu prestígio na sociedade, procurando se colocar como a única religião verdadeira.

A união entre espiritualidade e política se fizeram presentes neste período, união que veio a contribuir para o caráter combativo da religião. O papa Pio XI forneceu importantes subsídios para os agentes da Igreja Católica no sentido de tornar a presença da Instituição e combater o crescimento do emergente processo social de crescimento da laicidade (Emerick, 2009: 35).

Dom Sebastião Leme argumentava que o Brasil era uma nação católica e que, por isso, a Igreja deveria marcar uma maior presença na sociedade. Segundo ele, a Igreja tinha que cristianizar as principais instituições sociais nos moldes católicos, investir na criação de um quadro de intelectuais católicos e alinhar práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos (Mainwaring, 1989: 41).

Na perspectiva de Dom Leme, a Igreja Católica deveria expandir sua atuação e organizou um forte movimento de Ação Católica. Elaborou petições com centenas de milhares de assinaturas para defesa dos interesses católicos, estimulou o desenvolvimento institucional e buscou regenerar o prestígio e influência católica (Mainwaring, 1989: 46).

Atuando dessa forma, a Igreja Católica lutou por maior influência política que permitisse o seu fortalecimento institucional (Paiva, 2003). Na visão da Igreja Católica, o Estado deveria defendê-la das vozes laicizantes do mundo moderno:

o Estado deveria seguir a sua doutrina social e proteger seus interesses, o sistema educacional, e os meios de comunicação deveriam refletir os princípios e a doutrina católicos. Qualquer instituição que promovesse a secularização ou deixasse de seguir as determinações da Igreja era por ela atacada. O rádio, a imprensa, o cinema - todos considerados como vozes do mundo moderno – recebiam condenações ocasionais (Mainwaring, 1989:48).

Essa tentativa de fazer com que a doutrina social da Igreja se propagasse por diversas instituições e pelos diversos meios de comunicação era uma estratégia da Igreja Católica de se fortalecer. Uma das principais preocupações do clero era a ignorância popular, ou seja, uma falta de conhecimento por parte dos fieis, devido a este fator a imprensa se torna uma grande aliada da Igreja Católica, buscando através dela uma ampla catequização.

Para as lideranças católicas, o papel da imprensa não era somente a formação dos leigos, mas também uma forma de preveni-los dos “inimigos dos católicos”. Cabia aos padres, levar aos fieis esta imprensa, indicando que adquirissem além de outros jornais, os jornais católicos semanalmente. Outro âmbito da Igreja Católica que começou a se difundir foi a educação. Visando assim como a imprensa, uma formação de base católica, buscando combater as escolas protestantes vigentes na época.

A educação em disputa: católicos e protestantes

A educação apresenta-se como um dos grandes focos de disputas entre os católicos e os presbiterianos. Esta pode ser vista como um dos principais meios pelos quais os discursos foram travados, principalmente nos jornais. Tanto por parte dos presbiterianos, quanto por parte dos católicos, buscava-se o alcance de prestígio social de suas instituições escolares.

Segundo Silva (2011: 312), a educação era vista como um dos principais meios de implantar o protestantismo no Brasil. Desde a chegada dos primeiros protestantes, houve um grande esforço em incentivar a alfabetização dos brasileiros e a modernização. Em Alto Jequitibá, tal fator não se fez diferente. Com a criação do Colégio Evangélico, este contribuiu para o aumento e difusão do protestantismo na região. O Colégio foi fundado no ano de 1923, sendo este pertencente à Igreja Presbiteriana de Alto Jequitibá, pelo Reverendo Aníbal Nora e sua esposa Dona Constança, como uma extensão do curso primário:

O Ginásio ganhou nome, de forma que começaram a afluir alunos de longe, daquela região, mesmo filhos de pais católicos romanos e os internatos foram acolhendo-os, sem distinção. O Ginásio foi organizado em 1922, inaugurado a 5.3.1923 e reconhecido pelo Governo em 1926, depois de 4 anos de funcionamento, recebendo bancas examinadoras de fora. (Gripp *et al.*, 1991: 117)

O colégio, segundo Schiavo (2015: 390), foi a primeira escola a oferecer o curso ginásial e colegial, acolhendo em seus internatos masculino e feminino estudantes de várias regiões do país. Da mesma forma, havia uma preocupação por parte da Igreja Católica dentro do campo educacional.

Segundo Schiavo (2015: 390), a Igreja Católica, no que tange à escolarização, tem uma ampla e milenar tradição. Sendo assim, cria-se na cidade de Manhumirim os Colégios Santa Teresinha (1931) e Pio XII, (1941), ambos foram fundados pelos Missionários Sacramentinos, o primeiro sendo um internato feminino e o segundo masculino.

Segundo Quintão (2006: 70), a adesão a um determinado colégio era revelador da confissão religiosa específica:

Os seguidores das diferentes doutrinas manifestavam sua adesão a uma ou outra religião matriculando os seus filhos nos respectivos colégios: católico ou protestante. Embora o Colégio de Jequitibá aparentasse ter mais prestígio na região, o regime dos opositos, conforme Baktin, fortalecia a popularidade e o carisma de ambos.

Assim, como dito anteriormente, as estratégias adotadas a partir da educação são evidenciadas principalmente através dos jornais, onde estas se demonstraram de maneira implícita ou explícita. Percebe-se através das reportagens, uma *exaltação* especialmente da estrutura dos colégios e da educação fornecida por estes. No jornal *Manhumirim*, quando presbiterianos se referem ao Ginásio Evangélico, estes o descrevem como uma grande conquista:

Acaba de ser concedida a Escola Normal anexa ao Ginásio Evangélico de Alto Jequitibá (...) fica o nosso município dotado de mais um estabelecimento de ensino de organização modelar (...) a Escola Normal, que surge tão promissoramente e mais um atestado brilhante da cultura do distrito de Presidente Soares e da vitalidade magnífica do Instituto de Educação que, já dispondo do Ginásio Evangélico – uma expressão nítida do progresso e eficiência do ensino secundário no país – ainda procura disseminar, num círculo mais amplo, a instrução proveitosa e a educação neste momento de graves inquietações.⁹

Da mesma maneira, tal fator ocorre quando católicos retratam a estrutura e o ensino oferecidos tanto pelo Colégio Santa Teresinha, quanto pelo Pio XII. Demonstrando em sua fala uma busca por elevar tanto o ensino oferecido pelo colégio quanto a estrutura física. Buscando demonstrar o bom êxito trazido por ambos:

⁹ Jornal *Manhumirim*, edição de 08 de outubro de 1933.

No dia 11, teve lugar a solemne benção do novo Collegio, com a assistencia de numerosas e distinctas familias da Cidade. Ao visitar o novo predio, vasto e arejado, todos os presentes exprimiram a sua grande satisfação por levantar-se um edifício que promete tornar-se um dos primeiros educandarios da região da Matta (...) no dia seguinte, 12 de fevereiro, foi ahi celebrada a primeira Missa, com assitencia de muitas familias (...) pedir-se ao governo a *equiparação* à Escola Normal, para que Manhumirim nada tenha que invejar das cidades mais adiantadas que já possuem taes escolas.¹⁰ (Grifos nossos)

A busca pela legitimidade de cada uma destas igrejas e a perspectiva de conseguir angariar fiéis para estudar nestas instituições educacionais era constante. Percebe-se que tal preocupação era vista de ambos os lados e, na maioria das vezes, se dava pelo fato de que a partir de uma formação consolidada de suas crenças, estas se tornavam mais *fáceis* e *ágeis* em serem divulgadas. Buscando também, a partir do prestígio de seus colégios, adquirir capitais que contribuiriam para maior influência religiosa e política.

A Igreja Católica brasileira, conforme mostrado na primeira parte do texto, adotara uma postura militante e isso implicou na criação de escola católica para conter o crescimento protestante e conseqüentemente a interpretação bíblica que lhe fosse concorrente. Segundo Simões (2008: 49), a Igreja Católica neste período vivenciava um momento no qual “a livre interpretação das Escrituras Sagradas era considerada uma ameaça tanto para a religião católica como para a própria ordem política e social”. Importante perceber o quanto a Igreja Católica se via como representando à nação, de tal como que uma ameaça a ela seria ameaça a ordem política e social.

Em uma das falas do Padre Júlio Maria, no jornal *O Lutador*, deixa-se claro a afirmativa acima, onde o sacerdote traz o seu entendimento a respeito da interpretação autêntica da bíblia, deixando claro que esta só pode ser feita a partir de *autoridade competente*, vindo a se tornar uma *letra morta* caso isto não ocorra:

Em vez de consultarem as aves, como os romanos ou os astros, como os gregos, o Protestante consulta a Bíblia, dando ele mesmo, ao texto o sentido de que precisa e que se adapta a seu capricho ou seu interesse. Todo livro precisa de uma interpretação autêntica, feita por uma autoridade competente, senão é uma **letra morta**, e a letra morta, só pode dar morte; enquanto o espírito da interpretação autêntica da vida.¹¹ (Grifos nossos)

Ao tratar desta *autoridade competente*, Padre Júlio Maria deixava clara sua rejeição a respeito da interpretação bíblica feita pelos protestantes. Julgando que estes não eram capazes de interpretar corretamente as sagradas escrituras. Demonstrando, desta maneira, um juízo valorativo sobre o conhecimento de seus concorrentes.

¹⁰ Jornal *O Lutador*, edição de 16 de fevereiro de 1930.

¹¹ Jornal *O Lutador*, edição de 09 de dezembro de 1928.

Possuir escola era uma forma de expansão do poderio católico e imposição de uma visão de mundo específica que estava atrelada à ordem social e política, que perpassava pela influência pública do catolicismo. A chegada de Padre Júlio Maria na região, durante a década de 1920, configurava-se uma importante estratégia da Igreja Católica de conter o crescimento do número de protestantes naquela região.

Fundar escola católica e investir na desqualificação da interpretação protestante um alinhamento aos propósitos da Igreja Católica daquele período. Isso é algo constitutivo daquele período histórico e até mesmo do campo religioso, em que agentes lutam por capitais específicos em seus campos. Não obstante as disputas se tornam mais tensas e “fogem” dos padrões mais corriqueiros.

Católicos e protestantes em contexto de disputa: meios de comunicação, intolerância e violência

A disputa por espaços na cena pública, por parte de Padre Júlio Maria, ocorria no campo educacional, mas também no campo político: “Pe. Júlio granjeara, desde os começos, a admiração, o respeito e a estimativa do povo, suplantando, assim, a liderança do Presidente da Câmara, quando os campos entraram numa fase de definição e divisão” (Botelho, 1989: 74).

O Padre havia construído, através de sua atuação religiosa, uma considerável reputação e poder de influência que estaria “ofuscando” a liderança política do presidente da Câmara, o Dr. Alfredo Lima. Padre Júlio Maria esperava ter sua influência reconhecida e exercer, de fato, seu poder no município. Uma das formas de levar adiante este propósito era fazer com que os católicos abandonassem a maçonaria:

homens eminentes da sociedade, filiados à Loja maçônica, mediante as orientações pastorais do Vigário, abjuravam-na a fim de se tornarem católicos verdadeiros e praticantes. Este fato implicava, na prática, o rompimento político com os chefes do município (Botelho, 1989: 74-75).

A escolha religiosa significava, na prática, uma escolha política. Romper com a maçonaria era escolher a facção política do município que se agregava em torno do Padre Júlio Maria, uma vez que os agentes políticos mais proeminentes da maçonaria estavam com atuação mais consistente junto aos protestantes.

A constituição dos conflitos é justificada pelos católicos como uma necessidade: “a religião não passava de algo indefinido; a vida cristã era fria e sem expressão; os atos religiosos apresentavam mais um aspecto social; era a Maçonaria que dava as cartas, mesmo nos movimentos de Igreja” (Botelho, 1989: 75).

Os conflitos têm uma justificativa centrada na religião, pois a vida cristã “era fria” e a maçonaria predominante. Destaca-se o incômodo do pároco em viver numa localidade onde os maçônicos “davam as cartas”. Não obstante, é necessário considerar que estava em disputa a definição do comando municipal, seja em relação às normas de conduta, seja na regulação das decisões políticas. Até aquele momento, os membros da maçonaria exerciam seus poderes no município sem resistência organizada, mas, com a atuação de Júlio Maria, houve uma consistente disputa política:

O novo Vigário sentiu que não poderia, em consciência, ser conivente com aquela situação de mistura religiosa e de religião sem vida. Diante de suas propostas, a Maçonaria se abespinhou. Ele tentou contornar o problema, porém, com firmeza e coragem. O resultado foi que as posições endurecem, de lado a lado, e os caminhos, para o diálogo, foram bloqueados. Destarte, não era mais possível um entendimento. Manhumirim dividiu-se em duas facções: CATÓLICOS e MAÇONS, posto que houvesse os que nadavam nas duas águas. Os protestantes cerraram fileira em torno dos maçons. Deu-se, nessa ocasião, início a uma luta político religiosa bem declarada (Botelho, 1989: 75).

A cidade encontrava-se no principal momento de divisão político-religiosa de sua história, e os conflitos eram publicamente declarados e percebidos. O padre se apoiava no catolicismo como ponto de legitimação de suas demandas políticas, formando-se, assim, um conflito: protestantes rechaçavam concepções religiosas dos católicos e estes, em posição homóloga, no campo religioso, faziam o mesmo.

Nesse sentido, cabe remeter a Bourdieu (2007a: 223-224), porque, segundo ele, os pontos de vista dos agentes sociais no campo são, por definição, diferentes e concorrentes. Para ele, não se pode invocar uma natureza agressiva dos agentes no campo, tampouco uma necessidade de poder; o que os coloca em concorrência é a própria estrutura do campo, onde os agentes buscam mais capitais e espaços para ocupar melhores posições no campo.

Os dois grupos, os católicos e protestantes, firmaram um amplo conflito nos campos religioso e político com o propósito de apropriação do máximo possível de capital. Nesse contexto de disputas, foi lançado, por adversário de Júlio Maria, “um folheto de ataque ao culto católico à Mãe de Jesus, em forma de desafio agressivo, e ‘exigido’ que o Cura

provasse pela Bíblia diversas coisas professadas pelos católicos e negadas por eles” (Botelho, 1989: 179).

Essa disputa faz sentido para esses agentes que tinham internalizado as lógicas das disputas de “verdade” do campo religioso e estavam de acordo com o fato da Bíblia ser uma fonte de verdade para eles. Demonstra também um contexto de profunda intolerância entre os agentes religiosos. A legitimidade católica era colocada à prova, num contexto em que: “tanto os grandes apóstolos da Igreja Católica como os Pastores evangélicos de maior renome eram hábeis esgrimistas das armas da polêmica. Tanto num campo como no outro, houve célebres apologetas” (Botelho, 1989: 177).

Os argumentos de lado a lado eram objetos de críticas; partia-se para agressividade, ironia e “mesmo para o sarcasmo” (Botelho, 1989: 177). Católicos e protestantes disputavam, de maneira acentuada, melhor posição religiosa e política no município. Havia uma disputa equilibrada entre os agentes que atuavam para defender suas instituições religiosas.

Esse contexto conflituoso teria feito renascer, em Júlio Maria, um polemista que “temperamentalmente era sanguíneo, veio à liça com ardor. Respondeu polêmica com polêmica” (Botelho, 1989: 179). A Bíblia se tornou “o código do tira-teima. O Livro da Vida, que deveria gerar a união, serviu-se para desunir cada vez mais. Os campos dividiram-se e as posições endureceram, e criou-se, então, um clima de alta tensão” (Botelho, 1989: 179).

O padre Júlio Maria tinha estratégias para atingir as disputas no campo religioso, realizando pregações públicas e divulgando jornais que atacavam os protestantes:

Tendo tomado posse da paróquia esperei a hora oportuna para agir, provocando-a durante a pregação do mês de Maria. O resultado não se fez esperar. Os protestantes desesperados pela enorme concorrência do mês Mariano e o entusiasmo dos Cathólicos, espalharam um bolletim contendo diversas objeções contra a religião, e mandaram vir uns pastores de fora, para pregar nas ruas. Tomei a defensiva e ataquei-os resolutamente em conferências públicas e pelo jornal ‘Manhumirim’. O resultado foi extraordinário. A igreja encheu-se o jornal duplicou a tiragem, e apesar da resistência tenaz dos Pastores, a verdade foi vencendo todos os obstáculos.¹²

Ele se preparava para os conflitos e mostrava que procurava agir em “hora oportuna”, considerando sua religião “a única”. Note-se que o jornal, o “Manhumirim” era um jornal da câmara municipal, cuja laicidade era algo que poderia ser claramente questionado.

¹² Livro do Tombo da Paróquia do Senhor Bom Jesus de Manhumirim, f. 10

Suas estratégias de defesa e ataque revelam um conflito aberto. O padre estaria legitimado pela “fidelidade incondicional e irrestrita à Igreja de seu tempo”. No mesmo sentido, os pastores “lutavam com toda garra para a defesa de suas denominações evangélicas e sua maneira de interpretar, pregar e viver a Bíblia” (Botelho, 1989: 180). Assim, o conflito ocorria no campo religioso e político concomitantemente.

Padre Júlio Maria exerceu importante influência na formação de missionários e padres – cumpriu importante papel na consolidação do catolicismo local. Diante disso, em fins de 1928, lançou um jornal chamado “O Lutador”. Em sua primeira edição, aparece a justificativa para a existência do jornal:

Temos o nosso MANHUMIRIM, bem redigido e de orientação catholica, porém, o MANHUMIRIM é, antes de tudo, órgão da Câmara Municipal, e, como tal, deve ter orientação política.
O novo jornal não será político, não receberá em suas colunas artigos de lutas políticas (Botelho, 1989: 68).

Era um jornal em que o Padre escrevia artigos a respeito da fé católica, mas que também o utilizara para criticar os protestantes e dar-lhes respostas aos questionamentos propostos, como mostrado na penúltima citação. “O Lutador” seria um jornal de instrumento “puro” de evangelização, sem “lutas políticas”. Não obstante, ao analisarmos suas notícias, fica explícito que todo o conflito político-religioso viera para suas páginas; o nome, “O Lutador”, nesse sentido, era significativo. Como disse Botelho (1989), o nome “expressa bem aquele ambiente de lutas religiosas que se instaurou (p. 174-175). “O Lutador” se tornou um jornal de defesa do catolicismo; nele havia “DEFESA e ATAQUE, mormente contra os protestantes, maçons e espíritas. A bem da verdade, eram atitudes tomadas de lado a lado” (apud : 175).

As defesas e ataques tinham tons diferentes entre protestantes e maçons: “os protestantes respondiam ou atacavam polemizando, mas doutrinando. Os maçons tinham outra tática – respondiam ou atacavam com cartazes e boletins virulentos, infamando-lhe o nome e conspurcando-lhe a reputação” (Botelho, 1989: 175). Tratava-se de um contexto de profunda intolerância e disputas explícitas.

As estratégias eram diferentes porque os campos eram diferenciados. Os conflitos entre católicos e protestantes estavam centrados no campo religioso; o centro da disputa era a legitimidade das práticas e doutrinas religiosas. Já os maçons eram a elite política no município, colocando em jogo era a reputação junto à população para o exercício do poder político.

Os conflitos político-religiosos chegaram ao auge da intolerância em 1930. No dia 7 de dezembro, a missa fora interrompida por tiros do adro da Igreja:

Os tiros atingiram Júlio Rabello e um empregado seu, e os atiradores fugiram. Rabello era muito ligado ao vigário, padre Júlio Maria, e havia se tornado uma liderança política de oposição ao então prefeito Alfredo Lima. Comentou-se na época que o atentado havia sido planejado para incluir o assassinato do padre, algo que parecia muito verossímil aos olhos da população dada a animosidade existente entre o padre e os principais líderes da facção situacionista (Botelho (1990) *apud* Comerford, 2003: 142).

Depois de tal evento, o Bispo de Caratinga, Dom Carloto, orientou Júlio Maria a procurar conselho com o ex-presidente, Arthur Bernardes, que estava em sua cidade natal, Viçosa-Mg. Por intermédio dele, o governador Mineiro, Olegário Maciel, nomeou um novo prefeito para Manhumirim. Veja-se que era um cenário em que a laicidade do poder temporal estava distante.

Júlio Maria venceu a disputa, conseguiu tirar seu adversário político da prefeitura e poderia ter maior influência no município:

Com a exoneração do Dr. Alfredo Lima da prefeitura, que, como maçom, criava constantes percalços para ele (Pe Júlio), e com a nomeação do Dr. Nelson César, católico praticante, para substituí-lo, instalou-se na cidade um clima de serenidade. Com isso, Pe Júlio Maria pode trabalhar sossegado e sua obra gozar de um período propício ao deslançamento (Botelho, 1994: 288).

Esse momento em que teria supremacia, não era isento de tensões, pois outras animosidades se revelaram. A gráfica onde era impresso o “Lutador” foi invadida, máquinas foram quebradas. Houve tentativa de colocar em xeque a reputação do padre, colocando uma criança recém-nascida na porta do Convento de Freiras, objetivando gerar a notícia de que Júlio Maria seria o pai da criança com uma freira – o que o desmoralizaria. Segundo Botelho (1989), toda a farsa foi descoberta.

O novo prefeito ficou apenas um ano como interventor, numa situação politicamente muito tensa. De um lado, teria que agradar politicamente ao padre. Ao mesmo tempo, o ex-prefeito era de seu partido. Um ano depois, Alfredo Lima, principal adversário de Júlio Maria, voltou à prefeitura, declarando não ter “nenhum espírito de revanche” (Botelho, 1989).

As disputas mais explícitas chegaram ao fim, uma vez que eles teriam feito “um acordo de cavalheiros”. Júlio Maria teria maior espaço no comando do município e Dr. Alfredo Lima teria maior estabilidade política. Nenhum deles conseguiu amplo domínio em

anos de disputa, o que redundou neste desfecho. Isso fica explícito no novo jornal fundado por Júlio Maria, denominado “União e Ação”:

saía a lume, pela primeira vez, em outubro de 34, publicou duas colunas com o título “AS ELEIÇÕES – ÀS URNAS”, e terminava assim:

“Com satisfação comunico aos Catholicos do Município que a questão religiosa, que há annos conservara em campo opposto os dirigentes d’este Município e o Vigário, está definitiva e amigavelmente resolvida, de modo que as duas autoridades: a civil e a religiosa estão unidas em suas idéias e em sua ACÇÃO.

Os Catholicos podem, pois, nas eleições, dar o seu voto ao Exmo. Sr. Prefeito, Dr. Alfredo Lima, que saberá corresponder á confiança geral, e defender os interesses da RELIGIÃO com os do Município (Botelho, 1989: 106).

O argumento de Botelho (1989) é de que Júlio Maria era capaz do perdão e do entendimento, sobretudo nessa situação em que ele e Alfredo Lima se uniram em prol do município. Investe-se em passar a imagem de homens desinteressados em benefícios pessoais e capazes de superar mágoas. A ideia de que as autoridades, “civil e religiosas”, estariam unidas é uma tentativa de demonstrar aos fieis que os interesses católicos estariam efetivamente respeitados.

Os dois estavam numa situação de intensas disputas que um acordo seria mais benéfico aos dois grupos em detrimento da continuidade do conflito, que só tomou contornos tão grandes em função do equilíbrio de poder entre os dois. Essa disputa revela o tom da dinâmica de tensões nos campos político e religioso no município.

O Padre Júlio Maria morreu num acidente de carro em 1944. Depois de sua morte, foi relatado ele “fez falta” até para seus adversários religiosos e políticos. Segundo Botelho (1989):

Um respeitável protestante disse, certa vez, que o Pe. Júlio Maria estava fazendo falta até para eles. Quando ele vivia, eles, os evangélicos, eram bem mais fervorosos. Andavam na estrita observância das normas de suas igrejas, a fim de não darem oportunidade de serem advertidos e censurados por ele (p. 259).

Os conflitos no campo religioso levavam tanto o agente católico, Júlio Maria, como os protestantes a assumirem com maior intensidade suas crenças religiosas. A observância de falhas implicaria na perda de legitimidade daquele que a cometeu. Tamanha preocupação e cautela nas práticas sociais cotidiana faziam maior sentido quando os dois grupos estavam em disputa. O investimento religioso de ambos só faria sentido quando os dois grupos estivessem em disputa. Observar normas de condutas bem definidas a católicos e protestantes fazia sentido numa tentativa de “impressionar” ao “outro”. Se, por um lado, os conflitos dividiram a cidade em dois grupos políticos e

religiosos diferentes, por outro, levava os grupos a se tornarem mais coesos entre si, como uma estratégia de defesa.

Embora a militância política de Júlio Maria fosse justificada pela promoção do catolicismo, o próprio Botelho (1989) afirma que “do lado do Pe. Júlio Maria havia muita gente boa e também muita gente de mau caráter e perversa’. Apoiavam-no, porque ele enfrentava sem medo e sem rodeio os ‘homens’” (p.185). Isso indica que o capital religioso do pároco era convertido num capital político que gerava aproximação de grupos interessados em derrotar politicamente o grupo liderado por Alfredo Lima.

Considerações finais

As questões apresentadas ao longo do texto demonstram que o propósito da Igreja Católica, em conter o crescimento do número de protestantes e a influência da maçonaria, foi fundamental para a legitimação da atuação do Padre Júlio Maria. Ele escrevia no jornal da câmara municipal e foi muito eficiente, demonstrando grande poder político, ao conseguir substituir o prefeito local.

Para além das disputas políticas, a intolerância religiosa se revelava pelos meios de comunicação, em que os grupos se desafiavam e investiam na explícita desqualificação do outro. Fica evidenciado que havia uma concorrência religiosa, e que também era política. Pode-se dizer, também, que os conflitos políticos contribuía para o acirramento dos conflitos religiosos. Quando a paz é “selada”, o acordo é que o prefeito iria saber defender os interesses da religião.

A imprensa era o grande meio de difusão das opiniões e desafios que se colocavam naquele cenário. Era lá que ficavam evidenciadas as intolerâncias e disputas públicas. Ter controle dos meios educacionais e da imprensa era importante caminho de se consolidar localmente. Em algumas situações a violência se mostrou presente, tanto na tentativa de assassinato quanto na destruição da gráfica católica. Tratou-se de um contexto em que a Igreja Católica projetava proeminência no espaço público e procurava fortalecer a concepção do Brasil como “nação católica” e como era uma região de relevante presença protestante, as disputas apresentaram desdobramentos violentos.

Os conflitos tiveram seu auge entre os anos de 1928 e 1930. Percebe-se que estes contribuíram com a formação dos campos político e religioso nas cidades de Manhumirim e

Alto Jequitibá. Que hoje são reconhecidas, sendo Manhumirim, a cidade dos católicos e Alto Jequitibá, a cidade dos protestantes.

Referências Bibliográficas

BOTELHO, Demerval Alves. História de Manhumirim: município e paróquia. I volume. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1987.

_____. História de Manhumirim: município e paróquia. II volume. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1989.

_____. História dos Missionários Sacramentinos (1878 - 1944). Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Meditações Pascalianas. Tradução Sérgio Miceli. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007a.

BRASIL. Decreto nº 119-A, de 7 de Janeiro de 1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em: 03 de out. 2016.

COMERFORD, John Cunha. Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ (Coleção Antropologia da Política), 2003.

DA SILVA, Marcela Pimentel. A inserção protestante em Minas Gerais—Notas para debate. In: Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 11, n. 2, p. 307-316, 2011.

GRIPP, Roberto et al. História da Igreja Presbiteriana de Alto Jequitibá. Belo Horizonte: Ed. Betânia, 1991.

MAINWARING, Scott. A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985). Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

QUINTÃO, Aylê- Salassié. A Cidade Sem Pecado: discurso fundador. 1 ed. Brasília: Otimismo, 2006.

SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. Religião, instituições e conflitos: reflexões preliminares sobre presbiterianismo e catolicismo na Zona da Mata Mineira. Anais do XIV Simpósio Nacional da ABHR. Juiz de Fora, UFJF, 2015, p. 385-396.

SIMÕES, Daniel Soares. O Rebanho de Pedro e os Filhos de Lutero: O Pe. Júlio Maria De Lombaerde e a Polêmica Antiprotestante no Brasil (1928-1944). Dissertação (mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2008. Orientação de Carlos André Macêdo Cavalcanti.

SOARES, Fabrício Emerick. Do discurso missionário à Prática do Poder Político: uma análise da atuação do Padre Júlio Maria de Lombaerde na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Manhumirim- 1928 a 1944. Dissertação (Mestrado em História Social)- USS, Vassouras, 2009. Orientação de Ana Maria da Silva Moura.

PAIVA, Ângela Randolpho. Católico, protestante, cidadão: Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro-Belo Horizonte: Editora UFMG-IUPERJ, 2003.